

Resumos ABRAPSO Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia:

Mesa Redonda

8 - Gênero, sexualidade, raça, idade e territórios de existência.

EU FALO, FALO: REFLEXÕES SOBRE SEXISMO, HOMOFOBIA E RACISMO NAS PRÁTICAS PSI, EM BUSCA DA PROMOÇÃO DE DIREITOS

A psicologia como ciência e profissão tem o compromisso ético-político de atuar e construir saberes e discursos embasados na promoção de direitos. Seguindo este princípio, a proposta desta mesa-redonda é trazer à luz a discussão de como a psicologia tem se comprometido com as questões que envolvem as relações de gênero, a diversidade sexual e as relações raciais. Estes itens juntamente com as questões de classe, geração e outros demarcadores sociais vão, de forma interseccionalizada, estar presentes na construção de identidades e subjetividades. Mulheres, negras/os, índias/os, pobres, a população de gays, lésbicas, travestis, transexuais ainda ocupam lugares sociais subalternizados e estigmatizados, tendo seus direitos violados. Estas violações estão estampadas de forma mais marcante nos diversos tipos de discriminação e violência, que geram danos à saúde mental e ferem a dignidade humana. Como a psicologia tem lidado com isso? É importante trazer o tema à discussão visto que ainda é incipiente a inclusão da temática de gênero, raça e diversidade sexual nos cursos de formação a partir de uma perspectiva dos direitos humanos, assim como reflexões e estratégias de atuação profissional nos diversos âmbitos que incluam efetivamente ações comprometidas com a promoção de direitos e luta contra o sexismo, a homofobia e o racismo. Desta forma, a mesa trará reflexões de diferentes experiências profissionais, sobre os temas propostos.

Palavras-chave: gênero, diversidade sexual, raça/etnia, direitos humanos

Palestrantes:

- Gênero (Helena Miranda – CRP-03)
- Diversidade sexual (Rosângela Castro – UEFS)
- Raça/etnia (Carlos Vinícius Melo – CRP-03)

REFLEXÕES SOBRE HOMOFOBIA NAS PRÁTICAS PSI

Rosângela Castro – Psicóloga (CRP-03/3069)

Universidade Estadual de Feira de Santana

Pesquisadora do núcleo de estudo sobre mulher e relações de gênero – Mulieribus

CPF: 91345215591

A Psicologia vem paulatinamente se referenciando pelo discurso do compromisso ético e político da profissão. Nessa agenda de compromissos, figura a preocupação de pensar a sexualidade, e em especial as homossexualidades, não mais como um fenômeno natural e critério para diferenciar e classificar indivíduos e populações, mas como um processo histórico. Nesse sentido, a Resolução CFP nº 01/99 figura como marco do debate estabelecido entre diversas correntes que pensam e atuam com esse tema, mas não o esgota e não produz consenso e nem mesmo se esclarece o movimento histórico que suscitou esse debate. Passe-se a falar, então, em homofobia como objeto de intervenção da Psicologia e em homofobia na própria práxis da(o) psicóloga(o). Mas o que é homofobia e como ela se apresenta nos diferentes campos de atuação da Psicologia? Quais movimentos históricos e político levam a essa virada na Psicologia brasileira e, mais que isso: qual(is) fundamento(s) teórico(s) e epistêmico(s) sustenta(m) os diferentes posicionamentos frente ao tema? Essas e outras questões serão abordadas nessa comunicação, através de um panorama da história do debate em torno da questão do homoerotismo nos saberes e práticas 'psi', referenciando-se não apenas na clínica, mas em suas diversas esferas de atuação e intersecção, como a psiquiatria, a justiça/criminologia, a saúde e a educação.

PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: UM COMPROMISSO COM A PROMOÇÃO DE PRÁTICAS E DISCURSOS CONTRA O SEXISMO

Helena Miranda – Psicóloga (CRP-03/5055)

Conselho Regional de Psicologia – CRP-03

GT Relações de Gênero e Psicologia

CPF: 00780059573

Quando se começou a falar em direitos humanos, pela primeira vez na história, quem eram os sujeitos de direito? Homens, brancos, heterossexuais, das camadas sociais financeiramente mais favorecidas. Tratava-se, portanto, de um falso universalismo forjado na experiência destes reais sujeitos de direito. E agora, após alguns séculos, como podemos pensar essa questão? Será que é possível afirmar que a mulher (de modo geral) possui, em todas as esferas da vida humana, os mesmos direitos que o homem? E o que falar das várias mulheres de etnias, classes e sexualidades distintas? Como se posicionam hierarquicamente entre si na "escala dos direitos"? E que posição ocupam em relação aos homens em uma sociedade patriarcal? Podemos afirmar que todas as mulheres têm direito à liberdade de ir e vir, quando constatamos que a utilização do espaço da rua ainda representa uma ameaça para elas, por exemplo, através do estupro? Como discutir a ocupação de espaços por mulheres nas esferas laboral e política? E que análises podem ser trazidas sobre a aplicação efetiva da Lei Maria da Penha? Esta comunicação traz como proposta a discussão dessas e de outras questões no terreno de gênero e direitos humanos. A idéia é lançar o olhar sobre o sexismo presente em nossa cultura cujo discurso dominante ainda sujeita as mulheres a situações desprivilegiadas e subalternizadas em comparação aos homens, por exemplo, no que tange a cargos de chefia, política, salários, liberdade sexual, destaque em tarefas "femininas", etc. A desconstrução dessas questões e os acertos e desacertos da Psicologia nesta seara também serão pontos de análise.

AS RELAÇÕES RACIAIS E A PSICOLOGIA

Carlos Vinicius Gomes Melo – Psicólogo (CRP-03/IP6732)

Conselho Regional de Psicologia – CRP-03

GT Psicologia e Relações Raciais

CPF: 031054615-07

A Psicologia, atualmente, estuda diversos fenômenos sociais, procurando relacionar as desigualdades e injustiças sociais ao preconceito, num esforço consciente de colaborar com o fim das discriminações sociais e com a instituição de uma sociedade de direito. Mas, a maneira pela qual estas problemáticas foram historicamente abordadas, em decorrência das concepções sobre a natureza humana, pode sugerir que a Psicologia, na sua história, teve colaboração freqüente nos processos de exclusão social de determinados públicos, sendo os negros um destes. A análise do processo histórico de constituição dos saberes psicológicos e psiquiátricos, no Brasil, no entanto, vai evidenciar que, se hoje essa relação da Psicologia com a temática racial poderia ser descrita como ainda incipiente ou omissa, o passado nos mostra uma posição ativa desses saberes na produção de uma descrição da realidade que justifica a inferiorização racial dos negros. Neste pretérito se examinará o histórico científico e político calcado na teoria lombrosiana de degenerescência, baseando-se à luz das teorias eugenistas. Através desta abordagem temática enviesada, nota-se que este passado ainda pode estar influenciando hodiernas exclusões sociais, subjetivações negativas e sofrimentos psíquicos. Então, a partir desta noção histórica, cabe à Psicologia, enquanto ciência e profissão, buscar traçar sua responsabilidade social em novas perspectivas paradigmáticas e epistemológicas para a promoção de direitos desta parcela populacional já tão excluída sócio-historicamente. Dessa forma, coloca-se neste redimensionamento a importância máxima da Psicologia e de seus profissionais se apropriarem da compreensão sobre a revitalização identitária dos negros, para que possam contribuir na busca de saídas mais efetivas para a erradicação dos efeitos nocivos do racismo e suas conseqüentes exclusões na saúde mental desses indivíduos e grupos.

8 - Gênero, sexualidade, raça, idade e territórios de existência.

DISCUTINDO O CRUZAMENTO ENTRE AS CATEGORIAS GERAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA A PSICOLOGIA

Helena Miranda*

Rosângela Castro

Alessandra Almeida

Darlane Andrade

Ana Cláudia Urpia

Gisele Lopes

Emmanuela Loiola

Esta comunicação objetiva discutir as noções de corporeidade e sexualidade tomando a categoria geração como o foco de análise. Para tanto, parte-se do entendimento de que o envelhecimento da nossa população é desigual e estigmatizado, havendo uma preferência, na cultura de consumo contemporânea, pela juventude e uma antipatia pela velhice que não possui um significado socialmente positivo. Reconhecemos que ser jovem ou velho é uma experiência vivida em parte homogeneamente e em parte diferencialmente segundo o gênero, a etnia e classe social. No que se refere à discussão de gênero, observamos que enquanto a valorização da idade masculina está ligada aos ritmos sócio-profissionais, para a mulher esta valorização ainda está mais pautada no calendário da vida privada, no funcionamento do corpo e no seu poder de sedução. E quando a categoria geração se cruza com a de sexualidade, o que pensar dos/as idosos/as homossexuais? Estes/as são duplamente desvalorizados: pelo exercício sexual e pela sua faixa etária. Esta não deixa de ser a ideologia do Patriarcado na qual o homem adulto heterossexual representa a maior autoridade. Considerando que a vivência inicial da velhice se dá no corpo (em declínio, enfraquecido) e se estende para o papel social, econômico e cultural do/a idoso/a, podemos questionar sobre a subjetividade da pessoa idosa, sobre como esta sente tais mudanças e lida com os estigmas. Nesse sentido, observamos que a inserção da Psicologia nas políticas públicas para idosos/as representa um grande desafio.

Palavras-chave: geração, gênero, sexualidade.

GT 1: Mídia, comunicação, linguagem e artes.

Trata das contribuições que envolvem as produções discursivas e *sociotécnicas* em contextos midiáticos, os processos de subjetivação mediados pela comunicação globalizada, na sociedade contemporânea, e as diversas formas de arte e sua relação com a Psicologia Social.

Discussões sobre gênero, mídia e violência simbólica

O objetivo desta comunicação é discutir como vem sendo apresentada, na atualidade, a imagem das mulheres na mídia. Buscaremos discorrer sobre a construção do “ideal” de beleza da mulher na contemporaneidade, a partir de uma reflexão sobre gênero e raça/etnia e as implicações em distúrbios alimentares. Também abordaremos as estereotipias sexistas presentes na mídia que enquadram certos comportamentos, de forma desigual, como sendo inatos ou naturais a determinado gênero. Reconhecendo que as imagens das mulheres na mídia são cotidianamente apresentadas de forma erotizada e “objetificada”, discutir-se-á também a relação entre tais constructos e a violência simbólica que, em certa medida, corrobora com a criação de um terreno propício para a manifestação de outras formas de violência contra as mulheres. Todas essas construções repercutem em preconceito, discriminação e na diferenciação de vantagens e oportunidades para homens e mulheres que podem ser observadas no cotidiano das práticas e das relações sociais. A proposta é refletir sobre estas questões abordando as possíveis contribuições da Psicologia nesta área.

Helena Miranda*

Rosângela Castro

Alessandra Almeida

Darlane Andrade

Ana Cláudia Urpia

Mulheres na Política. Políticas para as Mulheres

nomes e cpfs

helenamiranda dos santos 00780059573

gisele v. d. oliveira lopes 01392942527

alessandra santos de almeida 759359022591

rosângela de barros castro 90345215591

ana cláudia muller urpia 89943236515

A Constituição Federal de 1988 representa um marco para as transformações nas relações entre Estado e sociedade no Brasil, a partir da ênfase na democratização dos processos decisórios das políticas públicas, reivindicando-se a ampliação do leque de atores/atrizes envolvidos(as) nas decisões e, ao mesmo tempo, a inclusão de novos segmentos da população brasileira entre os(as) beneficiários(as) dessas políticas. Já nesse momento, as mulheres e a problemática de gênero estiveram presentes por meio da participação expressiva de mulheres nos movimentos sociais urbanos e do próprio movimento feminista. Ao mesmo tempo em que denunciavam desigualdades de classe, esses movimentos também levantavam temas específicos à condição da mulher como saúde, sexualidade, contracepção e violência. Além da inclusão das mulheres como beneficiárias das políticas, reivindicava-se a sua inclusão entre os sujeitos que participam da formulação, da implementação e do controle das políticas públicas. Como beneficiárias das políticas, as mulheres, mais especificamente as mulheres pobres, têm sido consideradas como um dos segmentos mais vulneráveis da população, o que resulta no fenômeno da 'feminização da pobreza', justificando a promoção de políticas focalizadas. Em relação à participação nos espaços de representação, a literatura aponta para a pouca presença de mulheres em cargos políticos, com exceção dos conselhos gestores. Nestes, a presença de maior número de mulheres, principalmente nas áreas sociais, parece estar associada à construção cultural sobre a sua suposta competência intrínseca para os temas enquadrados como sociais e a sua ética pautada nos princípios de "solidariedade" e "sensibilidade". Outra observação diz respeito ao perfil socioeconômico destas mulheres representantes nos Conselhos. Elas são, na maioria, brancas, católicas, casadas e com alto nível educacional. A partir disso podemos questionar que tipo de ação está sendo pensada, votada e avaliada por essas mulheres. Na esfera política, existem pontos de

estrangulamento que impedem que as mulheres persigam, com sucesso, a ocupação de posições de poder, pois ainda imperam construções sociais que atribuem ao gênero feminino a responsabilidade de cuidar do ambiente doméstico e, ao masculino, o espaço público (e prioritariamente o político), gerando, como consequência, uma dificuldade das mulheres assumirem esta participação na área política como um direito. Essa discussão suscita outras questões: de que modo a ausência de mulheres nos espaços de representação política impacta na construção de políticas para mulheres? A simples presença das mulheres na construção das políticas resulta em propostas que de fato alteram as estruturas que promovem a sua subcidadania? O que é possível fazer para qualificar a presença dessas mulheres nesses espaços? São essas questões que pretendemos suscitar, articulando a importância deste tema para a Psicologia.

Palavras-chave: mulheres, política, gênero, Psicologia